



III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

PÔSTER

A DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA COMO INSTRUMENTO DE ESTUDO DE INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA NO PATRIMÔNIO MODERNO CAMPINENSE: UM ESTUDO DE CASO NO BLOCO CRECHE DO CAIC JOSÉ JOFILLY

Ana Livia Farias Miná¹

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

analiviafm@gmail.com

Maria Clara Honório Rodrigues²

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

mclarahr7@outlook.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo possui como objeto de estudo as fontes documentais primárias adquiridas para a anamnese do bloco Creche, um dos quatro volumes que compõem o complexo do CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente) José Jofilly, construído em 1994 e localizado na Rua Nivaldo Henriques de Oliveira, nº 100, bairro Malvinas na cidade de Campina Grande - PB.

O objetivo deste artigo, sob o aporte teórico da metodologia de Serra (2006), em contexto político e histórico, e Ribeiro (2016), em projeto de restauro, é difundir para a população e para a comunidade acadêmica a existência e importância das fontes históricas como documentação auxiliadora da análise do objeto arquitetônico enquanto patrimônio moderno.

Dessa forma, integrar as esferas sociais tendo em mente a importância desses estudos documentais junto à educação patrimonial, expõe que este complexo edificado





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

seria a única obra que representa o trabalho do arquiteto João Filgueiras Lima (Lelé) na cidade, entendendo o impacto social, histórico, econômico e cultural do complexo. Assim, as fontes documentais em análise possuem importância que permeia os mais diversos campos da contemporaneidade, a partir do entendimento e interpretação das múltiplas significações que podem ser obtidas a partir destas documentações, sendo a preservação necessária e educação patrimonial duas delas.

Tal artigo comporta resultados e análises correspondentes ao estudo realizado pelas autoras na disciplina de Projeto de Arquitetura V, ministrada pela Prof. Dra. Alcília Afonso de Albuquerque Melo, no semestre 2019.2 durante o curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFCG), que trata de intervenções arquitetônicas no patrimônio histórico.

2. O CAIC NO CONTEXTO BRASILEIRO

Segundo Gomes (2017, p. 77), durante o governo de Fernando Collor, ocorrido de 1990 a 1992, o presidente foi “convencido da relevância [...] da escolaridade em tempo integral, daí surgiram os Centros de Atenção Integral à Criança, que se tornaram política pública”. Com isso, em 1990, a partir de políticas neoliberais instituídas em seu governo, procura-se instituir a privatização de serviços públicos, como educação, saúde e previdência, segundo Coutinho (2012).

A partir disso, o projeto “Minha Gente” instituído pelo decreto Nº 91/1990 do governo inclui os CIACs – Centros Integrados de Atenção à Criança e ao Adolescente, elaborados pela Legião Brasileira de Assistência coordenada pelo Ministério da Criança. Houve a proposição da setorização a partir de diversos programas de atendimentos, explicitando a intenção do programa não só no âmbito educacional no espaço escolar, mas no assistencialista, atuando também na esfera social e de saúde.

Com relação à criação e operação dos CIACs, compreendem-se responsabilidades em 3 esferas administrativas: Federal, que financia a construção da estrutura física das edificações que abrigam os projetos; Estadual, que funciona na coordenação dos serviços que bendizem à construção das edificações; e Municipal, que envolve-se na cessão do lote





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

para a execução projetual e o fornecimento de serviços à obra. No entanto, além destes órgãos, pode-se contar com a assistência de entidades públicas, como universidades, ou privadas, desde que a participação seja sem fins lucrativos.

Com a renúncia de Collor da presidência pela crise econômica e corrupção, o conseqüente presidente Itamar Franco extingue o Ministério da Criança e renomeia o “Projeto Minha Gente” como “Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente - PRONAICA” e os CIACs passam a chamar-se CAICs - Centros de Atenção Integral ao Adolescente. Dessa forma, o programa passou a ser assumido pela Secretaria de Projetos Especiais com vínculo direto com a Presidência da República.

O projeto arquitetônico da obra governamental do CAIC foi realizado por João da Gama Filgueiras Lima, conhecido como “Lelé”, um arquiteto carioca nascido em 10 de janeiro de 1932 e falecido em 21 de maio de 2014, popular por seus projetos na Rede Sarah e por ter introduzido a pré-fabricação no Brasil.

4. O BLOCO CRECHE – CAIC JOSÉ JOFILLY

Localizando-se na Rua Nivaldo Henriques de Oliveira, nº 100, bairro Malvinas, a unidade campinense do CAIC foi construída no ano de 1994 durante o governo do prefeito Félix Araújo Filho, nomeando a edificação como “CAIC José Jofilly” (Figura 1) em homenagem ao intelectual e político José Jofilly, da cidade Pocinhos – PB, Brasil. Encontra-se sob gestão compartilhada entre os poderes municipal e estadual, e sob responsabilidade técnica em construção do engenheiro Shigueru Yamamoto e da construtora Promon Engenharia LTDA. O complexo é formado por 4 volumes, compondo: Creche (objeto de estudo, com 880,50 m²), Apoio, Educacional e Administrativo.





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

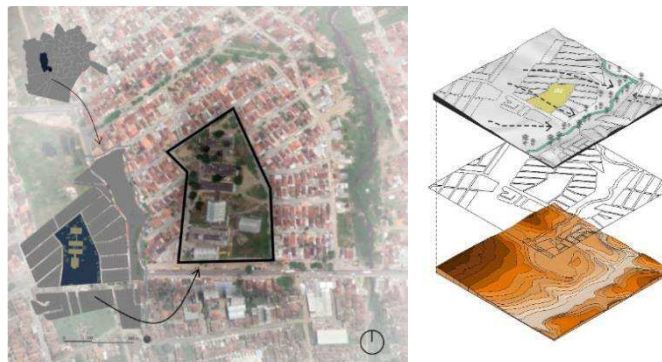


Figura 1 – Implantação do CAIC José Jofilly. Fonte: MINÁ, Ana Lúvia. 2019;
PEREIRA, Ivanilson. 2019.

A arquitetura da Creche expressa-se por sua estrutura, e, no sistema estrutural, Lelé estabeleceu sua marca na produção nacional dos CAICs a partir da utilização da argamassa armada ou “ferro-cimento” (placas de cimento e armação em aço leve com espessura de 3 cm) e vigas e pilares pré-fabricados nesta técnica. As paredes são em concreto armado aparente e, em argamassa armada, como solução de iluminação natural, há Sheds na cobertura da edificação; como proteções solares, encontram-se marquises metálicas na cor amarela, sombreando esquadrias pivotantes de peitoril baixo. Em peles, em alguns ambientes, vê-se o contato interno-externo através de cobogós.

5. A DOCUMENTAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

Para a proteção e conservação desse patrimônio importante para o legado arquitetônico moderno, necessita-se de intervenção arquitetônica contemporânea, como em estudo na disciplina Projeto de Arquitetura V. Como metodologia projetual, utiliza-se a de Ribeiro (2016), observada em esquema na Figura 2:





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

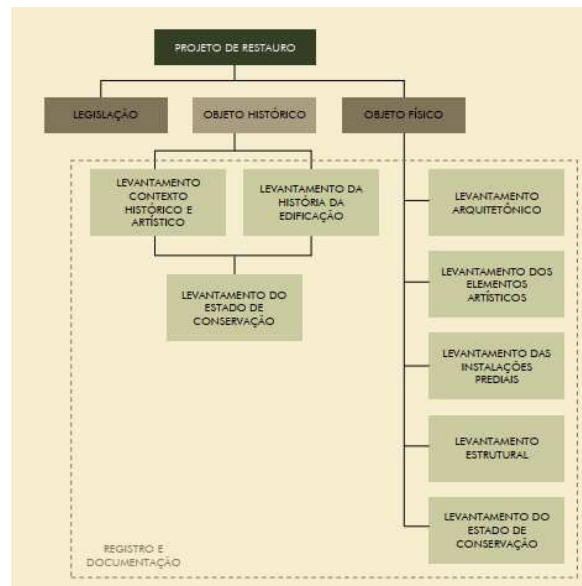


Figura 2 – Metodologia de projeto de restauro de Ribeiro (2016).

Fonte: Adaptado por Afonso (2017), com base em Ribeiro (2016).

Dessa forma, observa-se que para a realização da intervenção arquitetônica, necessita-se de todo o entendimento da obra. Assim, fontes primárias e secundárias tornam-se indispensáveis para a compreensão da edificação como um marco temporal, político e arquitetônico. A documentação legal expõe todas as empresas e órgãos envolvidos com a obra, além de todas as questões que comportam o procedimento da mesma; a edificação atua como fonte primária, pois possibilita diversas análises arquitetônicas, patológicas e históricas a partir de visitas *in loco* e registros fotográficos por permitir o contato direto do pesquisador com o edifício. Ao contatar a Secretaria de Obras de Campina Grande – PB, após alguns problemas burocráticos com relação ao acesso à documentação, foram obtidas variações entre recibos de gastos com a obra e licitações até desenhos técnicos em pranchas tipo A0 (Figura 3).





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

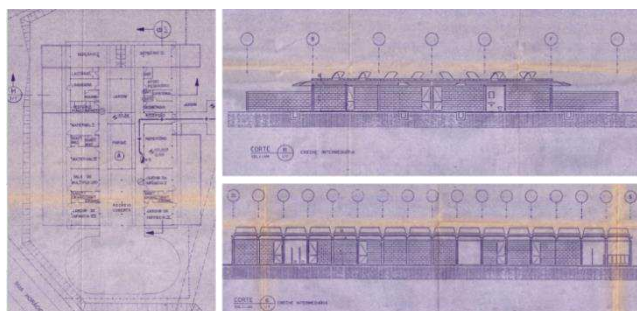


Figura 3 – Cópias de desenhos originais de planta baixa e cortes feitos por Lelé.

Fonte: Secretaria de Obras de Campina Grande.

A documentação encontra-se em bom estado de conservação, no entanto, ausentam-se informações gráficas sobre a planta de cobertura, sendo um dos elementos da obra que apresentam patologias que geram consequências para todo o corpo edificado, necessitando de análises particulares para solução do problema.

Sobre o estado de conservação da Creche, observa-se o total descaso da gestão governamental com relação ao edifício. Atualmente a edificação encontra-se com suas atividades suspensas, segundo o G1 Paraíba, devido ao acidente ocorrido com uma das alunas da instituição, ocasionado por problemas estruturais. Assim, auxiliado da ausência de proteção patrimonial, o prédio prossegue sem manutenção e em total abandono. Destacam-se patologias na cobertura, que ramificam diversos problemas na edificação: a partir da adoção de telhado plano com tubulações de água pluvial permeando os pilares somado a erros de execução, falta de manutenção do edifício, culminou-se em entupimento de calhas, infiltrações e rachaduras nos pilares.

Dessa forma, utilizando a edificação como fonte histórica primária, em visitas *in loco* com equipe auxiliada pela Defesa Civil, visto que o acesso à edificação é de extrema dificuldade, foram detectadas diversas patologias, na composição estrutural do edifício, como desgaste e danificação de peles e esquadrias.

A partir dessa anamnese, obtiveram-se Fichas de Danos (FIDs) fundamentadas pela metodologia de Lichteinstein (1986) e Tinoco (2009), detalhando-se danos na edificação, formulando hipóteses acerca de suas origens e possíveis condutas a serem tomadas





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

visando a preservação do patrimônio edificado. Em último lugar, interpretam-se os dados reunidos estabelecendo-se diretrizes projetuais de intervenção no patrimônio arquitetônico moderno visando soluções com relação aos problemas patológicos encontrados e a preservação da obra enquanto memória edificada na cidade.

6. CONCLUSÃO

A proposta desse artigo consistiu em expor a situação atual do CAIC José Jofilly enquanto patrimônio arquitetônico e a contribuição da documentação histórica para sua anamnese. A obra é recente, considerada patrimônio histórico moderno por sua marca no período histórico em que foi construída, bem como por caracterizar a linha projetual do arquiteto Lelé. No entanto, encontra-se descoberta de proteção patrimonial legal e, com a documentação adquirida, compreenderam-se as necessidades da edificação para sua preservação e conservação, através de condutas a serem feitas com relação às patologias e futuras intervenções arquitetônicas contemporâneas possíveis. Por fim, aponta-se a necessidade de ação dos órgãos responsáveis pela proteção patrimonial dessas obras com valor histórico na cidade, associada à sensibilização e valorização do mesmo, bem como a educação patrimonial em todas as camadas da sociedade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, M. A. D. G. C. **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM SEROPÉDICA A EXPERIÊNCIA DO CAIC.** Sociedade Brasileira de História da Educação: ago./2012. Disponível em: < <http://bit.ly/2NWLlWJ> >. Acesso em: 20 set. 2019.

G1 Paraíba. **Estudante é atingida na cabeça por uma barra de ferro dentro de escola em Campina Grande.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2018/11/24/estudante-e-atingida-na-cabeca-por->





III SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA

[uma-barra-de-ferro-dentro-de-escola-em-campina-grande.ghml>](#). Acesso em: 20 set. 2019.

LICHTENSTEIN, N. B. **Patologia das construções**. Boletim técnico n. 06. São Paulo - USP, 1986.

RIBEIRO, R; NÓBREGA C. (org). **Projeto e patrimônio: reflexões e aplicações**. Rio de Janeiro: Rio Books. 2016.

TINOCO, J. E. L; **Mapa de danos: Recomendações básicas**. 43. ed. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2009. p. 1-1.

